



CATÓLICA

FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

DOUTORAMENTO
EM DIREITO
2017 – 2018



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO
PLANO DE ESTUDOS
PROGRAMA
PROFESSORES
CANDIDATURAS 2016/2017

APRESENTAÇÃO

O programa de Doutoramento na Católica Porto visa formar investigadores de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento da investigação na Faculdade, bem como para a construção crítica e responsável da ciência jurídica em Portugal.

Este programa pretende que os alunos de doutoramento adquiram:

- Competências, aptidões e métodos de investigação em Direito;
- Capacidade de compreensão sistemática no domínio da ciência jurídica;
- Capacidade para conceber, projetar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;
- Competências para comunicarem com a comunidade científica e a sociedade em geral sobre uma área específica do Direito.

Beneficiando da criação do Centro de Estudos e Investigação em Direito | CEID - Católica Research Centre for the Future of Law, os alunos de doutoramento poderão fazer parte de uma unidade de investigação da Faculdade de Direito da Universidade Católica, que visa inovar no ensino do Direito e incentivar uma alteração no paradigma tradicional de investigação jurídica em Portugal, promovendo uma investigação transnacional, interdisciplinar e em equipa, bem como fortalecer a relação entre o conhecimento académico e as necessidades da sociedade.



PLANO DE ESTUDOS

O programa de doutoramento tem uma duração de:

- 4 anos (8 semestres) - na modalidade de frequência a tempo inteiro, integrando um curso de doutoramento, com a duração de dois semestres (60 ECTS) e uma fase de preparação da tese, com a duração de seis semestres (180 ECTS);
- 6 anos (12 semestres) - na modalidade de frequência a tempo parcial, integrando um curso de doutoramento, com a duração de dois semestres (60 ECTS), e uma fase de preparação da tese, com a duração de dez semestres (180 ECTS).

A fase letiva inclui a participação em seminários sobre matérias transversais aos vários ramos do Direito e tem um duplo objetivo: por um lado, ajudar os estudantes a encarar novas perspetivas e abordagens na investigação do Direito, e, por outro, propor linhas de investigação. Simultaneamente, os estudantes deverão frequentar cursos de carácter essencialmente metodológico. Em cada ano, o estudante frequentará e será avaliado em vários módulos oferecidos pela Escola de Direito.

Após a conclusão do primeiro semestre do curso de doutoramento o estudante escolhe o tema da dissertação, propõe ao Conselho Científico um orientador e elabora um projeto de tese, a apresentar até ao final do 2º semestre de frequência do seu Curso. Uma vez aprovado o projeto, o estudante dispõe de mais seis meses para elaborar o projeto de dissertação, o qual será avaliado por um júri composto pelo(a) orientador(a) e dois membros do Conselho Científico Plenário da Faculdade de Direito da UCP. Da aprovação deste projeto depende a admissão do candidato à fase destinada à elaboração da dissertação propriamente dita.



PROGRAMA

Seminários obrigatórios da componente curricular do curso, associados os linhas de investigação do CEID:

- Cidadania e sociedade inclusiva (Módulos: Direito Civil; Direito Penal, Direito da União Europeia, Direito Constitucional)
- Direito dos negócios no contexto global (Módulos: Direito Civil, Direito Penal, Direito Comercial, Direito Trabalho, Direito Administrativo)
- Reforma das instituições nos planos nacional e internacional (Módulos: Direito Administrativo, Direito Internacional, Direito Penal, Direito Civil)

Os seminários são compostos por vários módulos que os alunos de doutoramento podem frequentar. A avaliação será obrigatória para um mínimo de dois módulos per seminário.

Os alunos poderão ainda frequentar um seminário sobre metodologias de investigação e outros sobre recursos eletrónicos de apoio à investigação. As sessões dos seminários obrigatórios decorrerão em horário preferencialmente pós-laboral.

PROFESSORES

Coordenadora do Doutoramento em Direito

Sofia Oliveira Pais | Módulo de Direito da União Europeia

Professora Associada na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Doutoramento em Direito da Concorrência da União Europeia (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa). Coordenadora do Doutoramento em Direito e coordenadora do Católica Research Centre for the Future of Law (Porto). Titular da Cátedra Jean Monnet (*Current and future challenges of European integration*). Membro do Conselho Científico da Escola de Direito do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Leciona: Direito da Concorrência, Mercado Interno da UE e Direito da UE. Consultora do Estado Português e da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, em questões ligadas a Concorrência e União Europeia. Coordenadora de vários projetos financiados pela Comissão Europeia em Direito da Concorrência e Direito da União Europeia. Autora de inúmeros livros e artigos sobre Direito da Concorrência, Mercado interno e Direito da União Europeia.



Conceição Cunha | Módulo de Direito Penal

Professora Auxiliar da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Leciona: Crimes por negligência e omissão, Consequências Jurídicas do Crime (Programas de Graduação), é responsável pelas disciplinas de “Crimes contra as Pessoas” e “Direito Penal dos Menores” (Mestrados) e pela disciplina de “Delinquência Juvenil - novas recomendações” (Programas de Ph.D.). Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Ph.D. na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Ciências Criminais). Investigadora do CEID. Integrou alguns grupos de trabalho e projetos ligados a problema da “delinquência juvenil”. Participou em conferências e seminários. Publicou vários livros e artigos na área do Direito Penal. Áreas de interesse: Delinquência Juvenil; Crimes contra as Pessoas; Crimes contra menores; Crimes sexuais; As vítimas vulneráveis



António Agostinho Guedes | Módulo de Direito Civil

Professor Associado na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

1993/2000: Docente do Instituto Empresarial Portuense (Associação Industrial Portuense) nos Cursos de Executive MBA em Comércio Internacional e Engenharia Comercial e de Gestão, nas cadeiras de Direito de Empresa e Direito dos Contratos.

Árbitro do Instituto de Arbitragem Comercial (Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria do Porto); membro do Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários; membro do Conselho Científico da Escola de Direito do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Diretor da Escola de Direito do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2006/2013) e presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Ordem dos Advogados (2006). Consultor da sociedade Morais Leitão, Galvão Telles, Soares da Silva e Associados — Sociedade de Advogados RL.

Autor e coautor de inúmeras publicações, livros e artigos, em revistas nacionais e internacionais.



Filipa Urbano Calvão | Módulo de Direito Administrativo

Professora Auxiliar da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Direito Administrativo e Direito Administrativo da Regulação). Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito (Escola do Porto) da Universidade Católica Portuguesa, em 1993. Mestre em Direito na área de Ciências Jurídico Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1997. Doutora em Direito na área de Ciências Jurídico Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2009. Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, desde 2012. Autora de inúmeras publicações na área de Direito Público.



José Brandão Preença | Módulo de Direito Civil

Professor Associado. Licenciou-se em 1974 na Faculdade de Direito de Coimbra, tendo aí exercido funções docentes até 1986. Em 1981, na mesma Faculdade, obteve a Pós-graduação em Ciências Jurídico-Civis, defendendo a dissertação “A resolução do contrato no direito civil (do enquadramento e do regime)”. É docente, desde 1980, da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica. Em 1997 fez provas de Doutoramento na Universidade Católica com a dissertação intitulada “A conduta do lesado como pressuposto e critério de imputação do dano extracontratual”. Entre 1986 e 2006 foi docente na Faculdade de Economia do Porto. Autor de diversos estudos sobre temas da responsabilidade extracontratual e contratual.



Catarina Carvalho | Módulo de Direito Trabalho

Professora Auxiliar e membro do Conselho Científico da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Doutoramento em Ciências Jurídicas, pela Universidade Católica Portuguesa. Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Investigadora no Católica Research Centre for the Future of Law (CEID). Autora de inúmeras publicações na área do Direito de Trabalho e Direito Civil. Membro do Conselho de Redação da Revista Questões Laborais. Vice-Presidente da Comissão de Auditoria da APODIT. Coordenadora da Seção de Português da Rede Académica na Carta Social Europeia e Direitos Sociais. Oradora em conferências (nacionais e internacionais) e colaboradora regular de vários cursos de pós-graduação e MBA. Participação em vários projetos europeus sobre Direito do Trabalho da União Europeia. As principais áreas de pesquisa e interesse: Emprego e Direito do Trabalho, Direito Social da UE e Direito Comparado.



José Manuel Damião da Cunha Módulo de Direito Penal

Professor Associado de Direito de Processo Penal na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Doutor em Direito pela Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, na área das Ciências Jurídicas. Licenciatura em Direito pela Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, em 1984. *Magister Iuris* pela Universidade de Trier - RFA. Áreas de interesse: Processo Penal e Criminalidade económico-financeira.



Manuel Afonso Vaz Módulo de Direito Constitucional

Professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa. Prestou provas de agregação em 2013. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1977. Mestre em Direito na área das Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra, em 1986. Doutor em Direito na área das Ciências Jurídico-Políticas pela Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa, em 1993.



Manuel Fontaine Campos Módulo de Direito Internacional

Professor Auxiliar e Diretor da Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Licenciatura em Direito pela Escola do Porto da Faculdade de Direito da UCP, em 1996. Mestre em Teoria e Ciência Política pelo Instituto de Estudos Políticos da UCP, em 1999. Doutor em Direito, na área das Ciências Jurídico-Comunitárias, pela Escola do Porto da Faculdade de Direito da UCP, em 2012. Investigador do Centro de Estudos e Investigação em Direito. Autor de vários livros e artigos, em publicações nacionais e internacionais. Participação em projetos financiados pela Comissão Europeia e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



Maria de Fátima Ribeiro Módulo de Direito Comercial

Professora Associada na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e leciona Direito Comercial, Direito Empresarial e Direito da Insolvência. Estudou na Universidade Católica do Porto - Licenciatura em Direito (1988), Doutoramento (2009) - e na Universidade de Coimbra - Mestrado em Direito (1998). Publicou vários livros, capítulos de livros e artigos de revisão da lei sobre vários temas, principalmente sobre Direito Comercial, Direito Empresarial e Direito da Insolvência, mas também na área do Direito do Trabalho. Colaboradora regular da Agência Portuguesa de Acreditação do Ensino Superior. A sua linha de investigação atual é a proteção dos credores das empresas, nomeadamente num quadro de insolvência.



Mário Aroso Almeida Módulo de Direito Administrativo

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Membro do Comité de Peritos de Direito Administrativo do Conselho da Europa. Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Foi membro do Comité de Peritos de Direito Administrativo do Conselho da Europa. Foi membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Foi consultor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, no âmbito do qual colaborou na Reforma do Contencioso Administrativo.



Paula Ribeiro Faria Módulo de Direito Penal

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área das Ciências Jurídico-Criminais, em 1993. Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área das Ciências Jurídico-Criminais, em 2004. Professora Associada na área do Direito Penal, Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Leciona: Direito Penal, Crimes por negligência e omissão (Programas de Graduação) é responsável pelas disciplinas de Direito Médico e Remuneração e Crime (Mestrados). Investigadora do CEID. Assessora da Unidade de Missão para a Reforma Penal do Ministério da Justiça (Reforma do Código Penal de 2007). Membro do Conselho de Supervisão da base de dados nacional de DNA entre (2009-2013). Membro da Comissão da Ética, da Universidade Católica de Portugal, e da Comissão da ética de ICBAS (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar). Participou em vários cursos, conferências e seminários e tem publicado vários artigos e capítulos de livros em Direito Penal e Direito Médico.



Raquel Carvalho

Módulo de Contratação Pública e desenvolvimento sustentável e inclusivo

Raquel Carvalho, Professora Auxiliar, Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa desde 2010. Investigadora no CEID - Católica Research Centre for the Future of Law – Centro de Estudos e Investigação em Direito desde 2014. Oradora em conferências (nacionais e internacionais) e colaboradora regular de vários cursos de pós-graduação. Autora de inúmeras publicações na área do Direito Administrativo. As principais áreas de interesse científico são: Direito Administrativo, em especial os Contratos Públicos, Contratos Administrativos, Direito Ambiental e Urbano e Direito do Emprego Público. Tem também algumas investigações e publicações em Direito Constitucional, em especial os Direitos Fundamentais.



Rita Lobo Xavier Módulo de Direito Civil

Rita Lobo Xavier, Professora Associada, Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Leciona: Direito da Família, Direito das Sucessões e Direito Processual Civil. Estudou na Universidade de Coimbra - Licenciatura em Direito (1985), Mestrado em Direito (1991), Doutoramento (1999). Publicou vários livros, capítulos de livros e artigos sobre vários temas, principalmente sobre Direito do Património Familiar, mas também técnicas ADR, medidas provisórias e Bioética. Faz parte do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida da Bioética. A sua linha atual de pesquisa é Planeamento sucessório para empresas familiares.



CANDIDATURAS 2017-2018

Raúl Guichard Alves Metodologia Jurídica

Professor convidado na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e professor no ISCAP - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica - Porto (1984). Mestrado em Direito (Magister Iuris), pela Faculdade de Direito de Trier (Alemanha) (1987). Mestrado em Direito (Jurídico-Civilísticas), pela Faculdade de Direito de Coimbra (1992). Doutor em Ciências Jurídicas, pela Universidade Católica Portuguesa.



Ana Lourenço Métodos de Investigação

Ana Lourenço leciona Direito empresarial e Métodos de investigação na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora do Centro CEGE - Centro de Estudos de Gestão e Economia, com especialização em regulação no setor das media. Participou em projetos internacionais financiados pela UE EUROCAP - *Towards a European Politics of Capabilities and REFGOV-Reflexive Governance in the Public Interest* e REFGOV - *Reflexive Governance in the Public Interest*, e trabalhou no projeto internacional "*Business-to-business unfair trading practices in the retail supply chain*". Colaboradora do Centro - CEGEA Centro de Estudos de Gestão e Economia, é coautora de estudos para ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social e FFMS - Fundação Francisco Manuel dos Santos. Desde setembro 2014 Ana Lourenço é membro do CGI, o Conselho de Supervisão Interna da RTP, o serviço público de radiodifusão Português para rádio e televisão.



Datas

Candidaturas: 1 de junho a 28 de julho 2017

Realização de entrevistas: 18 a 22 setembro 2017

Publicação de Resultados: 25 setembro 2017

Matrículas: 25 a 29 setembro 2017

Início das aulas: 13 outubro 2017

Vagas: 5

Documentos Necessários:

- Boletim de candidatura - com referência à área científica em que o candidato se propõe investigar (Anexo I)
- Curriculum vitae
- Fotocópia do(s) certificado(s) de habilitações dos graus universitários com referência à média*
- Fotocópia do documento de identificação
- Fotocópia do cartão de contribuinte
- Fotografia tipo passe
- Duas cartas de recomendação
- Trabalhos científicos produzidos, designadamente, trabalho final de mestrado ou obra equivalente

* Notas:

» Original ou fotocópia autenticada

» Quando os documentos a entregar tenham sido emitidos fora de Portugal, deverão os mesmos:

a) ser legalizados por autoridade diplomática ou consular portuguesa, ou

b) conter a Apostilha emitida pela autoridade competente do país emissor, no caso de esse país ter aderido à Convenção Relativa à Supressão da Exigência de Legalização de Atos Públicos Estrangeiros (Conferência de Haia).

• Quando os documentos a apresentar se encontrem redigidos em língua estrangeira que não a língua espanhola, inglesa ou francesa, deve ser entregue a respetiva tradução, efetuada nos termos previstos na lei notarial.

Instrução do Processo de Candidatura

- Por e-mail: inicolescu@porto.ucp.pt
- Presencialmente: Os documentos acima referidos devem ser entregues:
- Centro de Estudos e Investigação em Direito: 2ª a 6ª feira (09h00-13h00 | 14h00-18h00)
- (Caso não tenha disponibilidade neste horário, atenderemos por marcação em horário conveniente ao candidato, para o que bastará enviar e-mail para inicolescu@porto.ucp.pt.)
- Por correio: os documentos acima referidos devem ser enviados para o seguinte endereço:

Universidade Católica Portuguesa
Centro de Estudos e Investigação em Direito
A/c. Ion Nicolescu
Rua Diogo Botelho, 1327
4169-005 Porto | Portugal

Outras informações

A admissão ao curso de doutoramento obedece a um princípio de seletividade, em função do mérito académico e da motivação e disponibilidade demonstrados pelo candidato, devendo a comissão de admissão proceder:

a) A uma avaliação curricular, instruída com trabalhos científicos produzidos, incluindo, para os mestres, o trabalho final de mestrado;

b) À realização de uma entrevista, na qual deve avaliar, designadamente, a motivação e a disponibilidade do candidato.

Para mais informações, consulte o Regulamento de Doutoramento da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Anexo II).

Taxas e Propinas

Candidatura: 155,00€

Matrícula: 345,00€

Propinas:

• Componente Letiva (1º ano): 316,20€/mês | 316,20€ X 10 meses = 3.162,00€

- Dissertação:
 - 2º, 3º e 4º Ano - Regime de frequência a tempo inteiro – 30 mensalidades: 209,10€/mês
 - 2º, 3º, 4º, e 6º Ano – Regime de frequência em tempo parcial – 50 mensalidades: 125,46€/mês

Valor total de Propinas do Doutoramento: 9435,00€

Os candidatos poderão obter um desconto de 4% caso decidam efetuar o pagamento anualmente ou de 3%, caso efetuem o pagamento semestralmente.

Nota: A informação relativa a propinas para o ano letivo de 2017/2018 será divulgada posteriormente

Coordenação:

Prof. Doutora Sofia Pais

e. spais@porto.ucp.pt

Contactos

Ion Nicolescu

e. inicolescu@porto.ucp.pt

Escola de Direito do Porto

Universidade Católica Portuguesa

Rua Diogo Botelho, 1327

4169-005 Porto | Portugal

t. +351 22 619 62 00 (ext. 164) | f: +351 22 619 62 91

O candidato receberá um e-mail de confirmação de receção de candidatura, com informação relativa a pagamento (referência multibanco para candidatos residentes em Portugal ou NIB para candidatos residentes no estrangeiro). A candidatura só ficará concluída quando o pagamento for realizado.



CATÓLICA

FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO